

MATERNIDADE E UNIVERSIDADE: A (RE)CONSTRUÇÃO DE DIREITOS NO ESPAÇO ACADÊMICO

Kamila Eulalio Abreu¹

GT 01 - Maternidade na Universidade: Ciência, disputa epistemológica e Permanência²

Resumo: O presente artigo busca explorar a temática da maternidade e universidade, abordando o conceito de novos sujeitos no ensino superior. O objetivo é compreender como as mulheres mães que ingressam no campo acadêmico desafiam uma lógica historicamente excludente, marcada por um espaço que não considera a maternidade como um fator de desigualdade social. A partir dessa premissa, as mães universitárias lutam para garantir que os direitos já conquistados sejam efetivados em todas as universidades do Brasil, bem como para o reconhecimento de sujeitos de direito (ABREU, 2021) e o enfrentamento da invisibilidade institucional. A emergência das mães universitárias como sujeitos de direitos se dá quando suas vivências, marcadas pela maternidade, pelo estudo e pelo trabalho, desafiam os modelos tradicionais de estudantes, trazendo ao debate novas formas de pensar a permanência estudantil.

Palavras-chave: Maternidade; Universidade; Permanência Estudantil; Novos Sujeitos.

Abstract: This article seeks to explore the theme of motherhood and university, addressing the concept of new subjects in higher education. The objective is to understand how women who are mothers and enter the academic field challenge a historically exclusionary logic, marked by a space that does not consider motherhood as a factor of social inequality. From this premise, university mothers struggle to ensure that the rights already achieved are enforced in all Brazilian universities, as well as for the recognition of subjects of rights (ABREU, 2021) and the confrontation of institutional invisibility. The emergence of university mothers as subjects

¹ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduanda em Psicopedagogia e em Estudos Étnicos-Raciais. Professora pela Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC). Pesquisadora pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES) e Pesquisadora do Núcleo Virtual de Pesquisas em Gênero e Maternidade (Núcleo Materna). E-mail: eulaliokamila2013@gmail.com

² Trabalho apresentado na 14ª Semana de Ciências Sociais da PUC-Rio no GT 01.

of rights takes place when their experiences, shaped by motherhood, study, and work, challenge traditional student models, bringing to the debate new ways of thinking about student retention.

Keywords: Motherhood; University; Student Retention; New Subjects.

1. Introdução

Nos últimos vinte anos, a ampliação do acesso ao ensino superior pode ser observada não só no Brasil, mas como em toda a América Latina (VARGAS; HERINGER, 2017). Países como Uruguai, Panamá, Colômbia, Chile, Bolívia e Argentina, apresentaram crescimentos acima de 20% no número de matrículas, sendo destaque a entrada das mulheres no ensino superior em vários deles (OEI, 2022).

No contexto brasileiro, foi possível observar transformações significativas no perfil estudantil, destacamos, então, as mães, cuja presença tem gerado novas demandas institucionais, tensionado políticas de permanência e produzido novos atores políticos no espaço acadêmico. Esse movimento evidencia o que Rua (1998) denomina de passagem de um “estado de coisas”, problemas socialmente existentes, mas ainda não reconhecidos institucionalmente, para problemas políticos visíveis, que passam a demandar soluções concretas e organizadas, em especial no âmbito das políticas de assistência estudantil.

A presença das mães universitárias, portanto, inaugura uma problemática relativamente nova, que se articula às discussões mais amplas sobre democratização do ensino superior no país. Estudos como os de Uripia e Sampaio (2009, 2011), Gonçalves e Ternovoe (2017, 2018), Abreu (2018, 2021, 2025), Silva (2020, 2024), Moura (2024), Soares e Cardoso (2025), entre outras autoras, evidenciam que as mulheres que são perpassadas pela maternidade durante a graduação ou pós-graduação enfrentam desafios singulares para conciliar a vida acadêmica, familiar e profissional. Assim, podemos afirmar que tais estudantes configuram uma categoria emergente de sujeitos universitários, que reivindicam reconhecimento e políticas específicas para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão de seus cursos.

Esse processo está diretamente vinculado ao contexto de expansão e democratização do ensino superior brasileiro, sobretudo no período entre 2005 e 2015 (SALATA; BRINGHENTI; MIRANDA, 2025), que corresponde ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2011) e Dilma Rousseff (2011–2016), responsáveis por implementar políticas de inclusão social e educacional (CATANI, 2007; RISTOFF, 2004). Mencionado como terceiro ciclo de expansão universitária por Salata, Bringhenti e Miranda (2025), que apresentam os marcos desse processo

destacando a interiorização universitária, a criação de novos cursos e institutos, a reestruturação das universidades federais (REUNI), a implementação de políticas de ação afirmativa (como, a Lei de Cotas), bem como programas de acesso e permanência (PROUNI, SISU, FIES, PNAES). Esse conjunto de iniciativas abriu espaço para uma pluralidade de estudantes — negros, indígenas, populações do campo, pessoas com deficiência, estudantes de periferias urbanas e, também, mães universitárias (ABREU, 2018).

Nesse cenário, a maternidade aparece como um marcador social que atravessa as experiências no ensino superior, produzindo uma série de novas tensões relacionadas à conciliação entre maternidade, estudo e trabalho. A figura da mãe universitária desafia a universidade a se reconfigurar como instituição social, questionando práticas excludentes e evidenciando lacunas nas políticas públicas de permanência estudantil (ABREU, 2021; 2025).

2. Objetivos

O presente artigo tem como objetivo analisar a temática das mães universitárias enquanto novos sujeitos do ensino superior brasileiro. Trata-se de um esforço de reconhecer, compreender e dar visibilidade a um grupo que, historicamente, foi silenciado nas narrativas institucionais e nas formulações de políticas públicas. Ao trazer essas mulheres para o centro da análise, pretende-se discutir sua emergência no campo acadêmico e político, ressaltando tanto as conquistas alcançadas quanto os desafios persistentes que atravessam sua permanência e trajetória universitária.

Nesse percurso, percebemos ser indispensável revisitar o debate sobre a democratização e a expansão do ensino superior no Brasil nas últimas décadas, onde a ampliação das vagas, sobretudo nas universidades públicas, permitiu o ingresso de novos perfis sociais no espaço acadêmico. O ponto central é a reflexão sobre a categoria “novos sujeitos” no contexto universitário (ABREU, 2021; 2025), em que o reconhecimento das mães universitárias nesse enquadramento conceitual permite não apenas ampliar a compreensão sobre diversidade e inclusão na educação superior, mas também tensionar as próprias noções de universalidade e igualdade que estruturam a vida acadêmica. O surgimento desses sujeitos convoca a universidade a repensar seus modos de organização, seus tempos e espaços, tradicionalmente concebidos para indivíduos sem responsabilidades de cuidado.

Dessa forma, é necessário identificar as condições objetivas de permanência e os obstáculos enfrentados pelas mães no cotidiano universitário. E também, quais são as múltiplas

jornadas, as ausências de políticas de apoio ao cuidado, as desigualdades de gênero e classe social e o preconceito velado no ambiente acadêmico constituem barreiras que impactam diretamente o desempenho e a permanência dessas estudantes. Por fim, refletir sobre as consequências teóricas e políticas do reconhecimento das mães como sujeitos emergentes no ensino superior significa deslocar o olhar para além da questão individual, tratando-se de um debate coletivo e estrutural.

3. Expansão e Democratização Universitária e novos sujeitos no Ensino Superior

O debate sobre condições de expansão e democratização do Ensino Superior tem relação direta com avanços significativos na ampliação do acesso ao ensino superior nos últimos vinte anos (CATANI, 2007; RISTOFF, 2004), produto, sobretudo, do pós-constituição de 1988, da redemocratização do país e da eleição de governos que implementaram agendas políticas de bem-estar e inclusão social. Como exemplo, podemos destacar o acesso à universidade a uma pluralidade de estudantes (sujeitos de periferias, negros, população do campo, deficientes, mulheres mães, indígenas etc.); a reestruturação das universidades públicas; a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação; a criação de novos institutos; a criação de campi universitários para a promoção da interiorização e a implementação do sistema de cotas para estudantes negros e deficientes e de modalidades de assistência estudantil para garantir a permanência desses grupos mais vulneráveis na universidade.

Outro aspecto que merece ser considerado é a própria universalização do acesso à educação básica no Brasil, que reflete diretamente no ensino superior, gerando um alargamento no horizonte de possibilidades e oportunidades dos jovens brasileiros, pressionando, assim, a abertura desse nível de ensino para distintas parcelas da população. Esse alargamento de horizontes foi também fomentado por um conjunto de movimentos sociais que colocaram a universidade, em especial a universidade pública e gratuita, como um campo de possibilidades manifesto como, por exemplo, os pré-vestibulares comunitários para negros, carentes e oriundos de escolas públicas (ABREU, 2021).

Dessa forma, o Brasil experimentou um movimento de democratização do ensino superior marcado por políticas públicas de expansão e inclusão, que foram medidas fundamentais para diversificar o perfil discente (RISTOFF, 2014). No entanto, ao mesmo tempo em que nesses avanços indicam um processo de inclusão social, também revelam limites importantes. Ainda que o número de ingressantes tenha aumentado, a permanência não se

efetiva de forma equitativa, especialmente no caso das mães universitárias.

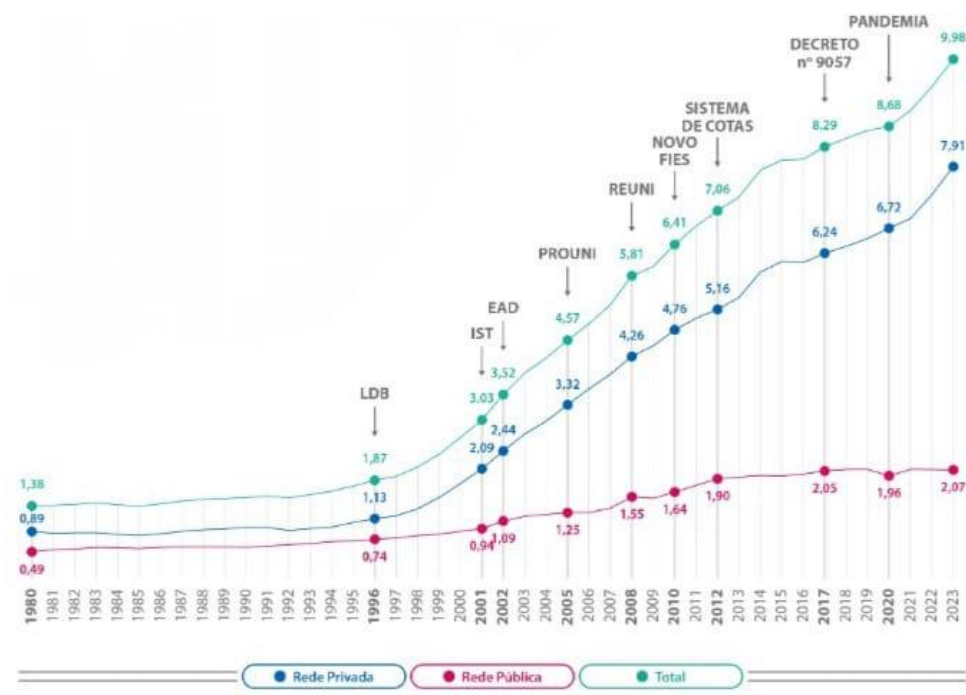


Fig. 1. Gráfico sobre Evolução das matrículas no Ensino Superior no Brasil, a partir de políticas e acontecimentos sociais. Fonte: INSTITUTO SEMESP, 2025.

O Mapeamento apresentado pelo Instituto SEMESP, evidencia que o crescimento das matrículas no ensino superior brasileiro, que em 2023 atingiu 9,9 milhões de estudantes, está diretamente relacionado à implementação de políticas públicas e programas governamentais ao longo das últimas décadas. Podemos observar que momentos de inflexão no aumento das matrículas coincidem com marcos regulatórios e iniciativas institucionais como a LDB (1996), a expansão da EAD (a partir dos anos 2000), a criação do Prouni (2004), do Reuni (2007), do sistema de cotas (2012) e do novo Fies (2010). Esses mecanismos favorecem tanto a ampliação do acesso na rede pública quanto, sobretudo, na rede privada, que concentra a maior parte dos estudantes e foi impulsionada pela educação a distância. O salto registrado em 2023, com crescimento de 5,6% em relação a 2022, o maior desde 2014, reforça a correlação entre políticas educacionais e a expansão do sistema, revelando, ao mesmo tempo, a persistente predominância do setor privado diante da limitada capacidade da rede pública em absorver a demanda.

Apesar desses avanços, persistem desafios importantes, a taxa de matrículas entre jovens de 18 a 24 anos permanece abaixo da meta 12 estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê 50% de acesso à educação superior para essa faixa etária. Em 2023, apenas 21,6% dos jovens dessa faixa etária estavam matriculados (BRASIL, 2014).

Quanto às mães universitárias, embora o crescimento do campo tenha se destacado com o trabalho pioneiro de Ana Maria Urpia (2009), ainda enfrentam os desafios cotidianos e institucionais de acesso e permanência no Ensino Superior. Esse grupo, embora beneficiado pelo processo de expansão, segue sem encontrar políticas específicas que respondam às suas demandas, como infraestrutura de cuidado, bolsas específicas ou flexibilização curricular. Como destacam Ristoff (2014, 2017) e Salata, Bringhenti e Miranda (2025), a democratização quantitativa não necessariamente se traduz em democratização qualitativa, pois a universidade continua estruturada a partir de um modelo homogêneo de estudante, pouco sensível às desigualdades de gênero e cuidado.

4. As mães universitárias como novos sujeitos

A presença das mães universitárias no ensino superior deve ser compreendida como a emergência de novos sujeitos acadêmicos e políticos (ABREU, 2021). Longe de se restringir a uma experiência individual, a trajetória dessas mulheres revela um movimento coletivo de resistência e reivindicação por reconhecimento (CORRÊA, 2023; DERNER, 2025; MOURA; CORRÊA; SILVA, 2025;). Sua existência desafia a figura historicamente construída do estudante universitário: jovem, sem responsabilidades de cuidado, de dedicação integral à vida acadêmica. Como argumenta Abreu (2019), ao se constituírem como sujeitos de direitos no espaço universitário, as mães tensionam as normas implícitas de quem “pode” ou “deve” ocupar a universidade.

Esse processo de emergência se dá no campo político, na medida em que coletivos de mães, associações estudantis e produções acadêmicas vêm trazendo à tona o debate sobre maternidade e universidade, exigindo que essa condição deixe de ser invisibilizada como marcador de desigualdade (SILVA, 2020; 2024). Essa luta pelo reconhecimento é também uma luta pela reconfiguração da própria universidade, que passa a ser interpelada por sujeitos antes desconsiderados em sua estrutura e funcionamento.

As condições de permanência das mães universitárias revelam uma série de barreiras materiais e simbólicas. No plano objetivo, a conciliação entre maternidade, estudos e, em muitos casos, trabalho remunerado, resulta em uma sobrecarga que dificulta a permanência e a conclusão dos cursos. A ausência de políticas específicas, mesmo aquelas que estão previstas no Plano Nacional de Assistência Estudantil (2010, 2024), como creches universitárias, auxílios permanência voltados ao cuidado ou flexibilização curricular, amplia a vulnerabilidade desse

grupo.

No plano simbólico (BOURDIEU, 2001; 2007), somam-se os preconceitos e discriminações, que vão desde o estigma de serem vistas como estudantes “menos comprometidas” até situações de isolamento social nos espaços acadêmicos. Pesquisas como a de Moura (2024) demonstram que muitas mães relatam sentimentos de não pertencimento, reforçados pela ausência de reconhecimento institucional da maternidade como uma questão legítima na universidade. Esses desafios, portanto, não se restringem ao âmbito individual, mas revelam desigualdades estruturais de gênero e classe, que afetam diretamente a permanência estudantil.

5. Breves Conclusões

A discussão em torno da maternidade no espaço universitário evidencia um aspecto central das transformações contemporâneas no ensino superior: o surgimento de novos sujeitos e novas demandas que desafiam a estrutura institucional. As mães estudantes não apenas ocupam esse espaço, mas também o ressignificam, trazendo para dentro da universidade debates sobre cuidado, equidade de gênero e democratização. Sua presença rompe com a imagem tradicional do estudante “ideal”, desvinculado de responsabilidades familiares, e introduz a maternidade como parte legítima da experiência acadêmica. Ao evidenciar a maternidade como marcador de desigualdade, procuramos tensionar o debate e a própria concepção de cidadania e direito à educação, e buscamos apontar a necessidade de políticas que articulem redistribuição e reconhecimento dessas desigualdades (ABREU, 2021).

Essa realidade mostra que o direito à educação, garantido formalmente, não se concretiza de forma plena quando não são oferecidas condições de permanência que contemplem as especificidades de diferentes grupos. A ausência ou insuficiência de políticas como creches universitárias, auxílios financeiros adequados e flexibilização curricular gera obstáculos que recaem de forma desproporcional sobre mulheres-mães. Reconhecer essas barreiras significa compreender que a desigualdade de gênero se manifesta também no percurso acadêmico, reforçando a necessidade de políticas públicas interseccionais e de ações institucionais comprometidas com a justiça social.

Ao mesmo tempo, a mobilização das mães universitárias, seja em coletivos locais ou em articulações nacionais, demonstra que a luta por direitos nesse campo é também um processo de construção política. Essas mulheres transformam suas experiências individuais em

reivindicações coletivas, revelando a potência da maternidade como categoria política dentro da universidade. A pressão exercida por esses movimentos contribui para visibilizar problemáticas estruturais e tensionar as universidades a assumirem seu papel enquanto agentes de transformação social.

Portanto, a (re)construção de direitos no espaço acadêmico não se restringe à criação de mecanismos de apoio, mas implica uma mudança cultural que reconheça a diversidade de sujeitos que compõem a comunidade universitária. Garantir a permanência das mães é garantir também que o conhecimento produzido seja mais plural, representativo e conectado com a realidade social. Assim, a presença das mães estudantes deixa de ser vista como exceção ou desvio, passando a ser reconhecida como parte fundamental do projeto de uma universidade inclusiva, democrática e socialmente comprometida.

Referências:

ABREU, Kamila Eulalio. **Políticas de permanência no ensino superior: qual o lugar da mãe estudante na pós-graduação?** 2025. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://lepesufrj.org.br/2026/03/12/politicas-de-permanencia-no-ensino-superior-qual-o-lugar-da-mae-estudante-na-pos-graduacao/>. Acesso em: 17 de mar. 2026.

ABREU, Kamila Eulalio. **Jovens, mães e universitárias: do favor ao direito à permanência.** 2021. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.unirio.br/ppgedu/dissertacoes/repositorio-de-dissertacoes/1f4c22021/20_kamila-eulalio-abreu. Acesso em: 12 jul. 2025.

ABREU, Kamila Eulalio. **Juventude, maternidade e universidade: estratégias de permanência das mães estudantes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.** 2018. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus.** Paris: Éditions de Minuit, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CATANI, Afrânio Mendes. **Uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar.** Escritos de educação. Petrópolis: Vozes. Disponível em: [https://repositorio.usp.br/item/001473697#:~:text=Uma%20sociologia%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20do%20mundo%20cultural,Autor%20USP:%20CATANI%2C%20AFRANIO%20MENDES%20%2D%20FE](https://repositorio.usp.br/item/001473697#:~:text=Uma%20sociologia%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20do%20mundo%20cultural,Autor%20USP:%20CATANI%2C%20AFRANIO%20MENDES%20%2D%20FE;); . Acesso em: 30 ago. 2025. 2025

CORRÊA, Mithaly Salgado. **Movimentos materno-universitários em rede: o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** 2023. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/23694>. Acesso em: 30 ago. 2025.

DERNER, Cristiani. **A interseccionalidade como estratégia para o enfrentamento da desigualdade de acesso e permanência.** Anais do IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade... Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/121486>>. Acesso em: 30 ago. 2025

GONÇALVES, Josiane Peres; TERNOVOE, Janaína dos Santos. **Desafios vivenciados por mulheres universitárias de Mato Grosso do Sul que são mães, profissionais e donas de casa.** Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, v. 8, n. 2, p. 116-142, 2017. ISSN 2177-2886.

INSTITUTO SEMESP. **15ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil.** São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-15/brasil/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza. **Trajetórias universitárias e maternidade: a condição da mulher mãe no ensino superior.** 2024. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/2412524_2024_completo.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza; CORRÊA, Mithaly Salgado; SILVA, Juliana Marcia Santos. **CMUFRJ e as tensões por políticas afirmativas para as mães universitárias da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** O Social em Questão, Rio de Janeiro, v. XXVIII, n. 61, p. 61-88, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/68876/68876.PDF>. Acesso em: 30 ago. 2025.

OEI – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Informe Diagnóstico 2022 sobre o Ensino Superior e a Ciência Pós-COVID-19 na Ibero-América: Perspectivas e Desafios de Futuro.** Madrid: OEI, 2022. Disponível em: <https://oei.int/wp-content/uploads/2022/05/relatorio-diagnostico-sobre-o-ensino-superior-e-a-ciencia-pos-covid-19-na-ibero-america-perspectivas-e-desafios-2022.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

RISTOFF, Dilvo. **Democratização do campus: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação.** Cadernos do GEA, n. 9, jan.-jun. 2016. Rio de Janeiro: FLACSO-Brasil/GEA, UERJ, LPP, 2016. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2017/03/Caderno_GEA_N9_Democratiza%C3%A7%C3%A3o-do-campus.pdf. Acesso em: 30 ago. 2025.

RISTOFF, Dilvo. **O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação.** Avaliação (Campinas), v. 19, n. 3, p. 723–747, 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/298/29874394117/29874394117_2.pdf. Acesso em: 30 ago. 2025.

SALATA, André Ricardo; BRINGHENTI, Taiane Fabiele da Silva; MIRANDA, Ana Carolina Homem de. **Origem social e acesso ao ensino superior no Brasil entre 1992 e 2022.** Dados: Revista de Ciências Sociais, v. 68, n. 3, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/389200175_Origem_Social_e_Acesso_ao_Ensino_Superior_no_Brasil_entre_1992_e_2022. Acesso em: 30 ago. 2025.

SILVA, Juliana Márcia Santos. **Mães negras na pós-graduação: uma abordagem interseccional.** 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32119>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SILVA, Juliana Márcia Santos. **“A partir do momento que eu vi que não estava sozinha que eu consegui avançar”: Coletivos de mães universitárias do Estado do Rio de Janeiro sob as narrativas de suas fundadoras.** 2024. 173 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/68836/68836.PDF>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; CARDOSO, Vanessa Clemente. **Perfil atual das pós-graduações em história no Brasil (2020 – 2023): um estudo sobre os impactos da maternidade na formação e produtividade acadêmica.** Revista Mosaico - Revista de História, v. 18, n. 1, p. 16-28, 15 jul. 2025. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/14766>. Acesso em: 30 ago. 2025.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante.** 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_maria_urpia.pdf. Acesso em: 30 ago. 2025.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. **Mães e universitárias: transitando para a vida adulta.** In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (Org.). Observatório da vida estudantil: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 145–168. ISBN 978-85-232-1211-7. Disponível em: https://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 30 ago. 2025.

VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. **Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile.** Archivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 25, n. 72, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.25.2799>. Acesso em: 30 ago. 2025.